

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 5.068, DE 2001 (Apensados: PLs nºs 5.383/01 e 6.783/02)

Dá nova redação ao inciso III, do art. 17, da Lei nº 9311, de 24 de outubro de 1996, que instituiu a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado EDUARDO BARBOSA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.068, de 2001, principal, de autoria do Poder Executivo, estende a compensação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) aos benefícios assistenciais concedidos com base no Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), tal como já ocorre com os benefícios previdenciários.

O Projeto de Lei nº 5.383, de 2001, apensado, de autoria do Sr. Carlito Merss, reduz a zero a alíquota da CPMF incidente sobre benefícios da Seguridade Social e outros instituídos pelo Poder Público.

O Projeto de Lei nº 6.783, de 2002, apensado, de autoria do Sr. Luiz Bittencourt, também reduz a zero a alíquota da CPMF, porém somente aquela incidente sobre benefícios da Seguridade Social.

Os projetos apensados fixam prazo de sessenta dias para a regulamentação pelo Poder Executivo.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

É meritória a proposição principal em apreço.

A Lei nº 9.311, de 1996, que instituiu a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), previu um sistema de compensação dessa contribuição para os benefícios previdenciários das Leis nºs 8.213/91 e 8.112/90 que não excedam de dez salários mínimos.

Não foram contemplados os benefícios assistenciais, em particular aqueles gerados por programas financiados pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS); nesse caso, a contribuição não incidirá sobre a conta do fundo, visto que essa pertence à União, mas recairá sobre os resgates individuais, por ocasião dos saques a serem efetuados pelo beneficiário, em conta específica movimentada pelo cartão social.

Dessa forma, revela-se oportuna a medida, em um momento no qual os atuais programas federais de assistência social encontram-se inseridos em um conceito abrangente de transferência de renda às famílias carentes, mediante auxílio financeiro concedido mensalmente. O principal exemplo está no Bolsa-Família, que visa reunir o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação, o Cartão-Alimentação e o Auxílio-Gás, todos coordenados com o Programa Fome Zero.

Trata-se de programas destinados a prover o mínimo necessário às famílias carentes, cujos integrantes encontram-se abaixo da chamada linha de pobreza, além de portadores de deficiências e idosos sem recursos suficientes para a própria subsistência; pessoas, enfim, que, por sua condição social, merecem um tratamento diferenciado e a devida proteção do Estado.

Assim, não há que se negar o mérito de estender aos benefícios assistenciais o mesmo sistema de compensação atualmente em vigor para os benefícios previdenciários.

Em relação aos projetos apensados, ficam prejudicados por tratarem de alíquota zero para a CPMF incidente sobre os benefícios da Seguridade Social, sem qualquer teto, enquanto a proposição principal já dispõe sobre a compensação dessa contribuição para os benefícios assistenciais, nos mesmos moldes dos previdenciários, respeitado o atual limite de dez salários mínimos.

Pelo exposto, votamos, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 5.068, de 2001, e pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 6.783, de 2002, e 5.383, de 2001, apensados.

Sala da Comissão, em de de 200 .

Deputado EDUARDO BARBOSA
Relator